

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 531.113 - SP (2019/0263165-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ADRIANO PROCOPIO DE SOUZA
ADVOGADO : ADRIANO PROCÓPIO DE SOUZA - SP188301
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO CRISTIANO PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RODRIGO CRISTIANO PEREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2131389-16.2019.8.26.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso cautelarmente, no dia 3/11/2018, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A defesa formulou pedido de liberdade provisória do paciente. O Juízo singular, contudo, indeferiu o pleito (e-STJ fls. 12/13).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, que há excesso de prazo para formação da culpa, pois o acusado estava preso há mais de 8 meses, sem que haja qualquer previsão de prolação de sentença. Aduziu, ainda, que o acusado é detentor de circunstâncias favoráveis e que, caso condenado, poderá vir a cumprir a pena em regime diverso do fechado.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos do acórdão de e-STJ fls. 16/20.

Na presente oportunidade, a defesa alega reitera a alegação de que há excesso de prazo para formação da culpa, pois o réu encontra-se preso há quase um ano, dependendo de exame toxicológico. Também sustenta que o acusado é primário, detentor de bons antecedentes e desse modo, caso condenado, poderá vir a cumprir a pena em regime diverso do fechado.

Superior Tribunal de Justiça

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

O pedido liminar foi indeferido às e-STJ fls. 63/34.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem, recebendo o parecer a seguinte ementa (e-STJ fl. 42)

Habeas corpus impetrado como sucedâneo recursal. Impossibilidade. Ademais, não é o caso de concessão de ofício da ordem. Tráfico de drogas. Pleito de revogação da prisão preventiva sob o fundamento de excesso de prazo.

Inocorrência. Regular processamento. Princípio da razoabilidade. Parecer pelo não conhecimento do writ e, caso ultrapassada a preliminar, pela denegação da ordem.

É o relatório. **Decido.**

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido por ausência de regularidade formal, qual seja, a adequação da via eleita.

De acordo com a nossa sistemática recursal, o recurso cabível contra acórdão do Tribunal de origem que denega a ordem no *habeas corpus* é o recurso ordinário, consoante dispõe o art. 105, II, "a", da Constituição Federal.

O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não tem admitido a impetração de *habeas corpus* em substituição ao recurso próprio, prestigiando assim o sistema recursal vigente. Admite-se, entretanto, em casos de flagrante ilegalidade, a concessão da ordem, de ofício.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados, exemplificativos dessa nova orientação das Cortes Superiores do País: HC 320.818/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em

Superior Tribunal de Justiça

21/5/2015, DJe 27/5/2015 e STF, HC n. 113890, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julg. em 3/12/2013, DJ 28/2/2014.

Assim, de início, incabível o presente *habeas corpus* substitutivo do recurso adequado. Todavia, em homenagem ao princípio da ampla defesa, passa-se ao exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

A questão jurídica limita-se, portanto, a verificar a legalidade na prisão cautelar do paciente, sob a tese de excesso de prazo na formação de culpa, além da possível pena a ser aplicada, em caso de eventual condenação, levando em conta as condições pessoais favoráveis do paciente.

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: *a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*. No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo.

Sobre esse aspecto, é cediço que *Os prazos processuais não tem as características de fatalidade e improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (precedentes)* (RHC n. 88.588/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 14/11/2017, DJe 22/11/2017).

Em relação ao excesso de prazo, o enunciado n. 52 da Súmula deste Corte Superior estabelece que: *Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo*.

No caso, as informações prestadas pelo Juízo processante revelam que **a instrução processual está encerrada, estando ultrapassada a fase de alegações finais**. Nesse contexto, incide o enunciado n. 52 da Súmula

Superior Tribunal de Justiça

do Superior Tribunal de Justiça.

Confira-se, por oportuno:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXTORSÃO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SÚMULA N. 52/STJ. PROLAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo." (Súmula 52/STJ).

II - Com efeito, firme o entendimento, já inclusive sumulado, no sentido de que, como regra, o encerramento da fase de instrução afastada a alegação de excesso de prazo na formação da culpa. Ademais, a superveniência de sentença condenatória esmaece a alegação de excesso de prazo.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 70.915/RN, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 4/8/2016, DJe 22/8/2016)

No entanto, mesmo que, por respeito ao debate, o aludido enunciado sumular pudesse ser superado, à luz dos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoável duração do processo, **não se reputa configurado, na espécie, excesso de prazo hábil a permitir a revogação da prisão preventiva do paciente.**

O paciente está sendo processado pela prática do crime de tráfico de drogas, por ter sido flagrado na posse de 238 porções de maconha, 61 pedras de crack e 301 porções de cocaína, além de balança de precisão e eppendorfs vazios.

Nesse contexto, o Tribunal de origem afastou a alegação de excesso de prazo na instrução processual, considerando que a instrução se encerrou e que o feito *só não foi sentenciado ainda, porque o d. magistrado de primeiro grau, atendendo a requerimento da Defesa, determinou a instauração de Incidente de Dependência Toxicológica.*

Superior Tribunal de Justiça

No caso, embora não se possa falar que o tempo de prisão cautelar é exíguo (aproximadamente 11 meses), não se reputa haver excesso de prazo hábil a permitir a revogação da prisão preventiva do paciente.

Para a caracterização do excesso de prazo, a demora excessiva deve estar vinculada à desídia do Poder Público, em decorrência, por exemplo, de eventual procedimento omissivo do magistrado ou da acusação, o que não se verifica na espécie, uma vez que a ação penal apresenta processamento dentro dos limites da razoabilidade.

A ação se desenvolve de forma regular, sem comprovação de desídia ou inércia do Magistrado singular.

Nesse sentido:

[...]

1. A questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto. 2. Examinando a ordem cronológica, verifica-se que a dilação do prazo para o término da instrução não se deu de maneira irregular, tendo o feito tramitado dentro dos limites da razoabilidade. 3. Na hipótese, o feito conta com 16 acusados, assistidos por advogados distintos, diversas testemunhas, havendo necessidade de realizar audiência por videoconferência e sendo registrado o desmembramento do feito em relação a um dos acusados. Ademais, já há audiência designada para a oitiva da última testemunha e interrogatório dos réus. [...] (HC 420.309/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 24/11/2017, g.n.)

[...] II - Os prazos processuais não tem as características de fatalidade e improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (precedentes). III - Na hipótese, verifica-se que os trâmites processuais ocorrem dentro da normalidade, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário, razão pela qual, por ora, não se reconhece o constrangimento ilegal suscitado. [...] (RHC 88.588/MS, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 22/11/2017, g.n.)

[...] 2. *O excesso de prazo para o término da instrução criminal, segundo entendimento jurisprudencial deste Tribunal, deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando circunstâncias excepcionais que venham a retardar a instrução criminal e não se restringindo à simples soma aritmética de prazos processuais.* 3. *Na hipótese, apesar de custodiado o paciente desde 10/06/2013, o retardo no processamento do feito criminal adveio da complexidade da causa, evidenciada pelo número de acusados (três) e de vítimas (quatro) envolvidos - o que acarretou a expedição e renovação de cartas precatórias para várias comarcas -, pela redistribuição do feito por deslocamento de competência, bem como pela necessidade de apreciação dos diversos pedidos formulados pela defesa dos réus (transferências prisionais e relaxamento de custódia), sem se divisar qualquer desídia do magistrado singular na condução da marcha processual.* 4. *Habeas corpus não conhecido.* (HC-304.054/PE, Rel. Min. Gurgel de Faria, Quinta Turma, j. em 28/4/2015, DJe de 18/5/2015, g.n.).

No mesmo sentido, o parecer ministerial (e-STJ fl. 43):

Ao contrário do que sustenta o Impetrante, não está configurado no caso dos autos excesso de prazo a macular a higidez da prisão preventiva do Paciente, uma vez que a tramitação da ação penal não padece de nenhuma irregularidade, tendo sido conduzida a contento, inclusive já tendo sido concluída a instrução criminal, conforme se extrai da cronologia de eventos processuais noticiada nas informações de fls. 37/38.

Além disso, ainda conforme as aludidas informações, o que já fora noticiado no acórdão atacado, a providência cuja demora estaria a contribuir para a dilatação do prazo de tramitação do feito fora requerida pela defesa do Paciente, qual seja, a realização de perícia de dependência toxicológica, que, no momento, a teor das informações em comento, está a aguardar a comunicação de data para agendamento do exame.

Quanto à alegada violação ao princípio da homogeneidade não é possível a realização de uma prognose em relação ao futuro regime aplicado ao recorrente no caso de eventual condenação, em razão, principalmente, dos

Superior Tribunal de Justiça

elementos fáticos e probatórios a serem analisados pelo juízo sentenciante. “Não prospera a assertiva de que a custódia cautelar é desproporcional à futura pena do paciente, pois só a conclusão da instrução criminal será capaz de revelar qual será a pena adequada e o regime ideal para o seu cumprimento, sendo inviável essa discussão nesta ação de Habeas Corpus” (HC n. 187.669/BA, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Quinta Turma, julgado em 24/5/2011, DJe 27/6/2011).

Por fim, Convém consignar que o entendimento desta Corte é assente no sentido de que, estando presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ENVOLVIMENTO DE MENOR. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. VARIEDADE, NATUREZA E QUANTIDADE DE DROGA ENCONTRADA. APREENSÃO DE OBJETOS UTILIZADOS NO PREPARO E DISSEMINAÇÃO DE DROGAS. RISCO DE CONTINUIDADE NO COMÉRCIO ILÍCITO. PERICULOSIDADE SOCIAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CUSTÓDIA FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECLAMO IMPROVIDO.

1. Não há ilegalidade na manutenção da prisão preventiva quando demonstrado, com base em fatores concretos, que a medida se mostra necessária, dada a forma como ocorrido o delito, indicativa de envolvimento mais profundo com a narcotraficância.

2. A variedade - cocaína e maconha -, a natureza mais nociva da primeira substância citada e a quantidade de material tóxico apreendido, somadas ao envolvimento de um adolescente na conduta criminosa, bem como à localização de objetos comumente utilizados no preparo e disseminação de drogas, são circunstâncias que indicam a periculosidade social do recorrente e o risco de continuidade na prática criminosa, caso libertado, autorizando a preventiva.

3. Condições pessoais favoráveis não tem, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos

Superior Tribunal de Justiça

autos elementos suficientes a demonstrar a sua necessidade.

4. *Recurso ordinário improvido. (RHC 65.595/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 17/12/2015, DJe 02/02/2016).*

Assim sendo, porquanto não comprovada a desídia do Poder Judiciário na condução do processo, não se vislumbra constrangimento ilegal hábil a ser reparado por este Superior Tribunal de Justiça.

Como entendimento esposado na presente decisão se conforma com a jurisprudência consolidada desta Corte Superior, atrai a incidência do art. 34, XX, do Regimento Interno do STJ.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XX, do Regimento Interno do STJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator